

Lei nº 448/97

Dispõe sobre a organização, a Estrutura e funcionamento do Conselho Municipal de Educação do Município de Vitor do Rio Preto e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Vitor do Rio Preto, E.S. faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Educação de Vitor do Rio Preto, Estado do Espírito Santo, nos termos do Artigo 211 da Constituição Federal e Artigo 11 das Leis de Diretri-

VIII - Opinar sobre comêncios, acordos e contratos que o Executivo pretenda celebrar, na área de educação;

IX - Estabelecer diretrizes para o processo de autorização/aprovação das escolas pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino;

X - Estabelecer critérios e aprovar planos de aplicação do recurso da educação;

XI - Identificar e propor formas de integração e compatibilização de decisões e ações entre as diversas esferas do governo no campo de educação, visando ao melhor atendimento à população e a racionalização de esforços e recursos.

XII - Avaliar o desempenho do Sistema Municipal de Ensino face às diretrizes e metas estabelecidas, verificando os resultados alcançados;

XIII - Deliberar sobre casos, problemas e situações específicas que se apresentem no Município;

XIV - Participar do planejamento, acompanhamento e avaliação de campanhas contra evasão e repetência escolar e outras que se objetivam facilitar o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos alunos;

XV - Participar de composição do Conselho de Acompanhamento e Controle Social sobre a repartição, a transparência e aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e valorização do Magistério, no âmbito Municipal;

XVI - Elaborar e, quando necessário, formular seu regimento interno;

XVII - Exercer outras atribuições que, por delegação ou força de lei, lhes forem conferidas.

Capítulo IV Da Composição

Art. 4º - O Conselho Municipal de Educação compõe-se de 06 (seis) membros titulares e igual número de suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, dentre pessoas de larga experiência e saber no campo educacional, e representativas das diversas modalidades de ensino oferecidas pelo sistema Municipal de Ensino observando a seguinte participação:

- I - O Secretário Municipal de Educação;
- II - Um representante do Magistério da rede pública de ensino;
- III - Um representante de pai de aluno;
- IV - Um representante do Poder Executivo Municipal;
- V - Um representante do Poder Legislativo;
- VI - Um representante dos Especialistas da Educação.

§ 1º - A escolha dos membros de que trata este artigo será feita em assembleia das respectivas categorias ou entidades devidamente constituídas para este fim. Para a composição dos membros do primeiro conselho, fica o Secretário Municipal de Educação autorizado a fazer indicações.

Art. 5º - O Conselho Municipal de Educação será presidido por um de seus membros, eleito em votação secreta do plenário, na abertura anual dos trabalhos do colegiado.

Parágrafo Único - O membro eleito para,

a Presidência do Conselho será investida no cargo, por nomeação do Prefeito Municipal.

Art. 6º → O Vice-Presidente do Conselho será eleito junto com a eleição do Presidente e responderá pela Presidência nas ausências do seu titular.

Capítulo IV Do Mandato

Art. 7º → O mandato dos membros do Conselho terá duração de 02 (dois) anos, permitida a reeleição e/ou indicação por uma vez consecutiva.

§ 1º - Os Conselheiros previstos no artigo 4º, que deixarem de pertencer às categorias que representam, serão por estas substituídos no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 2º - Nos casos de impedimento legal ou afastamento do membro titular, assumirá o seu suplente para completar o mandato.

§ 3º - Nos casos de impedimento legal ou afastamento também dos respectivos suplentes, serão escolhidos por suas respectivas categorias, novos membros para conclusão do mandato, ou indicados pelo Prefeito quando se tratar da representação prevista no artigo 4º, inciso IV.

Art. 8º → O mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação será considerado vago, antes do término estabelecido, nos seguintes casos:

I - Morte;

II - Renúncia;

III - Ausência injustificada por mais de 03 (três) reuniões consecutivas ou 10 (dez)

trabalhos, indicando as respectivas tarefas.

Art. 12 - O Conselho Municipal reunir-se-á e deliberará com a presença de no mínimo, 2/3 (dois terços) conselheiros.

Art. 13 - As deliberações do Conselho Municipal de Educação serão tomadas na forma de pareceres, Resoluções e Indicações.

Parágrafo Único - Os Pareceres que envolvem organização e funcionamento das escolas e órgãos do sistema municipal de ensino, bem como todas as resoluções, dependem de homologação do Secretário Municipal de Educação.

Art. 14 - Fica criado na estrutura de cargos comissionados da Secretaria Municipal de Educação, para atender especificamente ao Conselho Municipal de Educação o cargo de Secretário Executivo, subordinado à Presidência do colegiado, sendo sua nomeação de livre indicação pelo Secretário Municipal de Educação.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 15 - As categorias previstas no artigo 4º, terão prazo de 30 (trinta) dias, anteriores à data da posse, para indicação ao Prefeito Municipal dos seus representantes para compor o Conselho Municipal de Educação.

Art. 16 - A posse dos membros e o início dos trabalhos de colegiado se dará, após publicação da presente Lei.

Art. 17 - O Conselho Municipal de Educação deverá ter o seu Regimento

Interno elaborado e aprovado por seus membros no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do primeiro mandato.

Parágrafo Único - O Regimento interno de que se trata o "caput" deste artigo deverá ser homologado por ato do Prefeito Municipal.

Art. 18 - As funções do Conselheiro do Conselho Municipal de Educação são consideradas de relevante interesse público e social e o seu exercício tem prioridade sobre o de qualquer outro cargo público no município de que sejam titulares os seus membros.

Art. 19 - As atribuições inerentes à Presidência do Conselho Municipal de Educação, à Secretaria Executiva, serão normatizadas no Regimento Interno do Colegiado.

Art. 20 - O Conselho Municipal de Educação divulgará em Boletim trimestralmente, o relatório de suas atividades e, anualmente, elaborará documento oficial contendo resoluções, pareceres e outros atos aprovados no Exercício.

Art. 21 - As despesas decorrentes da instalação e manutenção do Conselho Municipal de Educação correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 22 - Os casos omissos nesta Lei serão tratados no Regimento interno e/ou pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 23 - Esta Lei entra em vigor

na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

Vitor do Rio Preto, 22 de dezembro
de 1997.


Jorge Riva
Prefeito Municipal

Nulo.